

DINÂMICAS SOCIAIS DA COMIDA E AGÊNCIA ENTRE OS QUILOMBOLAS (MUNDO NOVO/PE)¹

Claudia Maria Moreira da Silva Hofmann (PPGAS/UFRN)
Julie Antoinette Cavignac (PPGAS/UFRN)

Palavras-chave: Quilombola; Comida; Ação Política.

Introdução²

Este artigo apresenta algumas considerações sobre o atual debate que envolve os temas: alimentação, comida e populações quilombolas no Brasil. O caso a ser tratado alude a experiências vivenciadas no território quilombola Mundo Novo situado no agreste pernambucano da Região Nordeste. Em seu aspecto geral, o texto abordará o interesse da Prefeitura Municipal de Buíque, através da Secretaria da Mulher e da Secretaria de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer, na culinária e no saber-fazer dos quilombolas relacionado às comidas e às bebidas curativas, como é o caso do *fubá de milho* e do café, considerado preventivo para doenças circulatórias. Estes produtos já eram produzidos e consumidos localmente e foram apropriados pelos poderes públicos como itens culturais voltados para o turismo e demarcadores sociais das categorizações atribuídas àquele grupo social.

A constituição de elementos indicadores de uma suposta diferença cultural tornou-se uma preocupação central no discurso e nas ações dos poderes públicos locais e dos diversos agentes intermediários e instituições que atuavam no território do Mundo Novo. De outro lado, os discursos dos moradores também indicavam a importância, por exemplo, do samba de coco na vida comunitária, suas funções objetivas na história social do grupo e os significados que expressavam as subjetividades. Havia movimentos de aproximação e distanciamentos entre os discursos. Será interessante conhecer se existe alguma ligação entre os investimentos em comidas e bebidas por parte da Prefeitura local e o processo de construção da etnicidade (SANTOS, 2012), bem como a atuação para desenvolver economias locais (POULAIN, 2016).

Para esta pesquisa, os dados estão sendo compilados desde 2021. Dada a situação pandêmica do COVID-19, preferiu-se realizar entrevistas e conversas mantidas via

¹ Trabalho apresentado na 33ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

² O presente trabalho constitui uma pesquisa no curso de doutorado PPGAS/UFRN e foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

aplicativos *Google Meet* e *Whatsapp*, além de levantamento de publicações na internet. Nas entrevistas optei por não manter um roteiro fechado de perguntas (KAUFMANN, 2013). Dona Josefa me enviava áudios com diversos temas, em alguns ela cantava trechos de coco, outras vezes me enviava uma reza, falava sobre as associações dos moradores ou sobre a venda dos cafés remédio. Realizei uma ida a campo, em julho deste ano, me concentrei nas ações da Secretaria de Turismo em Buíque.

O objetivo do trabalho é destacar as diferentes estratégias usadas na produção dos alimentos a serem comercializados pelas famílias e os possíveis efeitos sociais e políticos das experiências vivenciadas com a participação da prefeitura municipal na organização social e política dos moradores do Mundo Novo. Para entender esses arranjos locais em torno da produção, comercialização e valorização dos alimentos, organizo minha reflexão em três tempos: 1. Trarei dados gerais e resultados da etapa inicial da pesquisa durante a qual observei a unidade familiar líder na produção de alimentos comercializados e na interlocução com os poderes públicos locais; 2. Apresentarei uma etnografia sobre as minhas apreensões enquanto pesquisadora, tanto a partir das lideranças locais, quanto a partir dos atores sociais presentes na situação de pesquisa; 3. Abordarei as ações da prefeitura municipal através da secretaria da mulher e da Secretaria do turismo no território Mundo Novo.

No caso dos Quilombolas no Mundo Novo, o interesse da Prefeitura Municipal nas comidas começou a partir do ano de 2018, quando o Mundo Novo recebeu a Certidão de Registro e Certificação da Fundação Cultural Palmares, solicitada por lideranças em parceria com apoiadores não vinculados aos poderes locais. Esse acontecimento demarca o aumento do interesse de diversos atores sociais nos Quilombolas e de forma preponderante da Prefeitura Municipal de Buíque.

Buíque e o Território Mundo Novo: sobre agricultores e quilombolas

O município de Buíque apresenta uma população de 52.105 habitantes (IBGE, 2010) e está a 285 km da capital de Pernambuco, Recife. Possui a característica de concentrar a maior parte da população vivendo na zona rural. A versão oficial publicada no *site* do IBGE informa que até o século XVIII, o ano de 1752, o território consistia em uma fazenda de propriedade do alagoano Félix Paes de Azevedo. Tendo o mesmo erigido a capela de São Félix de Cantalice em torno da qual se formou o povoado “campo de

Buíque³”. No século XIX, de acordo com o historiador Hamilton Monteiro (1995), moradores de Buíque participaram da revolta denominada “Quebra-Quilos”, na qual questionavam a implantação do sistema métrico e de pesos na província. Os atos tiveram início nas feiras livres de muitas cidades do Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco. Em Buíque, o “*Quebra-Quilo*”⁴ ficou no topônimo local e se tornou nome de um sítio. Nesse perfil demográfico concentrado na zona rural, 21.195 pessoas habitam a região considerada urbana e 30.910 residem em áreas consideradas rurais.

Buíque é constituído por quatro distritos: Buíque, Vila do Catimbau, Vila do Carneiro e a Vila Guanumbi, além de diversas áreas compreendidas como sítios. Por estar situado em um setor limítrofe entre as regiões Agreste e o Sertão, Buíque apresenta uma ecologia diversificada, com áreas de seca e diversos locais com nascentes de água mineral. Inclusive, nos últimos anos, tem abastecido diversas cidades no agreste com caminhões particulares transportando água. A exploração do solo em busca da água tem se apresentado de forma descontrolada e com a comercialização disputada. Já no setor da Vila Guanumbi, o acesso à água é limitado pelas estações de seca e por falta de políticas hídricas, já que empresas particulares negociam esse recurso hídrico em outros municípios.

O acesso principal à comunidade Quilombola Mundo Novo está à esquerda da Vila Guanumbi (São Domingos), saindo pelo sentido sul do centro de Buíque. No passado, em São Domingos⁵, situava-se a única escola pública da localidade também frequentada pelos moradores do Mundo Novo. Uma estrada de barro leva até um cruzamento onde, para os moradores, se inscreve a limitação geográfica e social daquele espaço. À direita do cruzamento seguindo em direção ao conhecido “*pé de serra*”, como se nomeia um ponto de orientação espacial, se identifica o início do setor dos “*Quilombolas*”.

Conheci o Mundo Novo trabalhando em um evento promovido por uma ONG com sede em Recife em 2016. Era um período de verão e a paisagem seca transcrevia as

³ Existem três versões para a definição do nome do município. Uma versão relaciona o topônimo com o vocábulo tupi-guarani traduzindo-o como “lugar de cobras”. Outra versão diz ter o significado “terra de sal” e uma outra versão indicaria que os índios habitantes do local usavam como trombeta ou búzio de ossos humanos, o fêmur soprado produziria o som “buíque, buíque, buíque”. As versões ainda são disputadas na memória local.

⁴ Uso itálico com aspas para destacar a fala dos quilombolas, apenas itálico para grifar a fala dos demais atores sociais.

⁵ São Domingos é também o padroeiro do distrito que em termos administrativos possui a denominação de Guanumbi.

descrições do Graciliano Ramos no Livro *Infância*. Em 1894, ele residiu em Buíque. Por meio de conversas informais soube que os moradores do Mundo Novo recebiam cestas básicas de diversas instituições privadas, e até o atual momento histórico se pode entrever o reconhecimento da escassez associada à insegurança alimentar. Os voluntários de várias instituições prosseguem as ações de doação de cestas básicas com alimentos. Uma das mais atuantes, Amigos do Bem⁶, se instalou na Vila do Catimbau há mais de dez anos e atua na região.

O Município de Buíque é conhecido também através do território indígena Kapinawá. As chamadas serras, presentes na paisagem local, são habitadas por populações que estão em processo de organização política reivindicando acessos específicos, sobressaindo a auto atribuição quilombola. São diversos sítios⁷ cujos moradores transitam nas várias associações comunitárias existentes, esses enlaces são justificados, muitas vezes, pelos laços de parentesco, pelo compadrio ou outras afinidades.. Esses modelos de organização política e associativa envolvem a ação de militantes do Movimento Negro que disputam espaços com outras organizações Quilombolas, pesquisadores e a Prefeitura Municipal de Buíque. Esta situação evidencia diferentes interesses em jogo. Os indígenas, presença importante na região, se organizam em conselhos locais e estaduais. Atualmente possuem um vereador eleito com 837 votos na Câmara Municipal. Preto Kapinawá está filiado ao partido político Movimento Democrático Brasileiro ((MDB) que elegeu onze do total dos vinte vereadores escolhidos em Buíque.

Nossa reflexão tem início a partir de uma etnografia dos termos, das categorias êmicas sobre o meio ambiente. Essa perspectiva me auxiliará a apreender a autoconstrução do grupo enquanto coletividade e sua relação com o espaço, os outros seres e as plantas. No Mundo Novo as práticas de cura com ervas são realizadas também nos animais. O que justifica meu interesse em conhecer como estas ocorrem e como estão localizadas em relação a comida e a bebida remédio inscrita na relação humano-animal.

Num segundo plano, as categorizações dos atores sociais externos podem auxiliar a entender os agenciamentos das secretarias municipais de Buíque voltados para a comida e a elaboração de categorias valorativas relacionadas com os produtos escolhidos no

⁶ A sede principal dessa ONG está em São Paulo. Para saber mais, ver: <https://www.amigosdobem.org/>. Acesso em: 21 ago. 2022.

⁷ No total são 13 sítios, denominados: Sobrado, Serrote Preto, Queimadas, Bandeira, Angicos, Sobrado, Baixa Grande, Serra do Chapéu, Mimoso, Andorinha, Queimadinhos, Torrado e Serra do Catimbau

território Quilombola Mundo Novo. Desde as aproximações iniciais que mantive com a associação de moradores, notei que os temas que versavam sobre terra, território, roçado, fazenda, eram evitados nas reuniões ocorridas com extras-locais. Não se mencionavam os espaços produtivos e até mesmo a continuidade do processo de certificação do território. O discurso dos políticos ou mesmo dos assessores centrava-se nos direitos à educação, a organização política e o acesso à água. Não havia menção à questão territorial entre os participantes durante as reuniões.

As conversas envolvendo os temas sensíveis ocorriam nos núcleos familiares e não eram expostos a qualquer ator político externo. De fato, o uso da categoria *território* foi se dando à medida que a participação dos moradores nos movimentos sociais foi sendo desenvolvida. E até mesmo na interação com militantes independentes e pesquisadores (me incluo aí), a categoria não era citada e discutida. A associação de moradores está sendo vivenciada como espaço burocrático, cuja militância do Movimento Negro em Pernambuco tensiona e apresenta propostas, nem sempre aceita pelos associados. Em uma das últimas reuniões que participei no *Google Meet*, a representante do Movimento Negro orientava as lideranças a renomearem a associação. Ato burocrático, mas eivado de significados políticos (BOURDIEU, 1989), sugeria a retirada do termo *amigos*. Para aquele movimento social, a abrangência da razão social possibilitava acesso amplo aos *benefícios*, inclusive aos antagonistas.

No Mundo Novo, atuam duas associações de moradores e ambas foram criadas pelos moradores que não se auto atribuem quilombolas e que detém grandes parcelas de terras e fazendas no local. A família que escolhi para ser minha principal interlocutora foi a mesma que participou da fundação de uma das associações e relata que apenas “*assinava papéis*”, ou seja, estava sendo demandado solicitações em nome dos quilombolas, mas quais quilombolas? Por volta de 2015, a visita de ativistas, simpatizantes à questão quilombola, inclusive músicos de Arcoverde no local contribuiu para as retomadas da associação, que ainda não possuía sede. No ano seguinte, junto com um fotógrafo que pesquisava no interior de Pernambuco e algumas lideranças, formulamos a solicitação da certidão e registro a Fundação Cultural Palmares (FCP)⁸. Intensificou-se a disputa entre os atores sociais externos no local. Ao mesmo tempo que eu era convidada como antropóloga para participar de reuniões realizadas pela prefeitura

⁸ O 4º do art. 3º do Decreto nº 4.887, de 20/11/2003, afirma que a Fundação Cultural Palmares (FCP) possui a competência pela emissão de certidão às comunidades quilombolas e sua inscrição em cadastro geral.

ou pelos movimentos sociais, acabei vivenciando situações de tentativa de controle no acesso às informações. Ao afirmar minha independência em relação aos processos de organização política no Mundo Novo, fui distanciada dos funcionários da prefeitura e acolhida pelos moradores da comunidade.

A identidade quilombola passou a ser amplamente utilizada pelos moradores. Havia o esforço para organizar narrativas, apreensões da história local e as relações históricas com as famílias dos fazendeiros. Os novos quilombolas se apoiavam nas narrativas rememoradas sobre o antepassado comum e nas experiências cotidianas ao vivenciar situações de discriminação na cidade. A categorização quilombola não explicaria muito, mas sem dúvida trazia outros elementos a serem refletidos para além da autoatribuição baseada numa memória familiar. Tomamos o cuidado apresentado por Firminiano Junior (2020) quando se referiu a situação do Quilombo Coqueiros no litoral norte do Rio Grande do Norte, pois era preciso antes entender como aquela identidade estava sendo construída e como dialogava com a esfera pública sobre os direitos específicos.

Ainda em 2021, recebi uma mensagem via aplicativo do presidente da Associação Quilombola do Mundo Novo sobre uma reunião ocorrida com a Secretaria Municipal de Cultura. De acordo com o interlocutor, um dos temas abordados foi o uso do termo “*negro fujão*” pelos quilombolas em suas narrativas. Através dessa categorização se referiam aos antepassados que primeiro chegaram ao Mundo Novo. A organização de um discurso sobre a presença negra na região pelo órgão municipal ia de encontro as memórias locais, além de outros efeitos sobre a dimensão da organização política que envolviam os usos da memória transmitida entre gerações. Basta uma breve pesquisa bibliográfica e documental para constatar a escravidão na região e as estratégias das pessoas escravizadas em seu enfrentamento. No agreste de Pernambuco havia ocorrido uma ligação entre a pecuária, o algodão e a mão-de-obra escrava (VERSIANI; VERGOLINO, 2003).

A história da formação social da comunidade quilombola Mundo Novo remete ao período em que o Brasil era uma sociedade escravista. Ao relatar sobre eventos do passado, os mais jovens identificam um antepassado que foi escravizado e após fugir para garantir sua liberdade, chegou ao município de Buíque onde constituiu família e passou a morar lá. O local contava com diversas formações em pedra o que o tornava uma moradia segura para os escravizados que enfrentavam o sistema. As pessoas que primeiro chegaram no local eram consideradas “fugitivas”. De acordo com a presidente da

Associação de Moradores, Dona Josefa, usavam-se várias estratégias que configuram a resistência:

Minha mãe dizia que meu avô não revelava onde morava a ninguém, nem as pessoas que ele negociava sabiam onde ele morava. Até pouco tempo quando chegava gente aqui para tirar foto nós não nos sentíamos bem e nos escondíamos. Lembrávamos da nossa avó dizendo aquelas histórias quando o capitão subia a serra pra procurar os fugidos. (Josefa Santos. Entrevista em novembro/2021).

A história de ocupação do sítio remonta ao final do século XIX. Existe uma cadeia de transmissão da memória, especialmente entre os membros da família que lidera a organização política. Dona Josefa e os familiares nos relataram a história que seus avós falavam. Segundo nos contou a Sra. Maria, o antepassado comum (José Mariano) foi escravizado em Palmares e junto com outras pessoas conseguiram fugir para terras outras, chegando a se instalar em *locas de pedra*. Naquele setor foram construídas as primeiras moradias e os moradores nomearam o local como *Mundo Novo*. O final da escravidão foi comemorado no Mundo Novo com samba de coco. Sr. Antônio narrou que os mais velhos contaram: *o samba de coco comeu no centro*, os motes cantados remetiam à escravidão: “...se branco vier aqui... ele volta... não leva mais não”.

Nas primeiras décadas do século XX, deixou-se de habitar as *locas de pedras*. Os moradores iniciaram a construção de moradias feitas de varas finas de madeira e barro molhado. As casas de taipa eram construídas em forma de trabalho coletivo:

[...] eles pegavam os esteios e botavam formando o telhado em cima aí tirava uns paus e fazia as paredes, depois cavavam um barreiro perto pra aguar e mexia aquela mistura com uma enxada. Depois chegava aquele mutirão de gente e tapava as paredes com o barro, aí tudo ficava perfeito. Depois alguém avisava que de noite ia ter um samba de coco. Aí todo mundo junto de novo: um cavava, outro deixava plano enquanto o outro molhava o chão. Quando era de noite era o samba até alisar o chão [...] (Josefa Santos. Entrevista em novembro/2021).

Na segunda metade do século XX, a comunidade quilombola Mundo Novo foi inserida em um novo modelo econômico produtivo. Olarias foram construídas no local. A produção de tijolos e telhas deu início à construção de casas de alvenaria com cobertura de telha ao invés do capim usado anteriormente nas casas de taipa. O trabalho nas fazendas de gado teve uma continuidade, pois já ocorria em outras regiões habitadas pelos antepassados dos moradores do sítio Mundo Novo. As mulheres reativaram o samba de coco com os cantos, ele foi retomado e recebeu um novo sentido social no processo de reivindicação e mobilização étnica. Os dançadores se rememoram as figuras principais das gerações passadas e as festas: o trabalho mútuo seria tanto para construção de moradia

de taipa, a confraternização, mas também a afirmação de sua identidade étnica para a sociedade brasileira (ALMEIDA, 2011; BONFIM, 2016; LINS, 2016).

A autoidentificação agricultor também é normalmente acionada no Mundo Novo. Os moradores estão filiados ao Sindicato Rural e acessam as políticas públicas que chegam ao município de perfil rural. As políticas voltadas para esse contexto são desenvolvidas pela Secretaria de Agricultura. Em Alexandra Santos (2012), consta que a extensão rural teve início no Brasil, em 1940. Política pública com um modelo paternalista de ação estatal para os agricultores brasileiros permaneceu até 2004. O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) institui a Secretaria de Agricultura Familiar. Buscou-se superar a postura assistencialista ao estimar um novo papel do agricultor que passa a ser tratado como “agente participativo no processo de desenvolvimento rural sustentável”. A autora defende o extensionismo rural voltado para as realidades dos quilombolas, havendo de acionar outras políticas públicas como o Plano Nacional de Cultura (PNC), já que seria “uma dimensão para além do tratamento genérico [formulado] aos quilombolas, em relação a categoria genérica produtores rurais, ou agricultores familiares” (SANTOS, 2012, p. 150). A autora apresentou um questionamento não sobre as categorias *produtores rurais* ou *agricultores familiares*, mas se essas classificações estatais atenderiam as diferentes realidades quilombolas no Brasil.

A comida e a bebida remédio

O tema da comida relacionado a comunidades quilombolas têm sido abordado em diferentes aspectos e mobilizado iniciativas públicas e privadas. Além dos estudos sobre insegurança alimentar, muito recorrentes, se esforçaram para relacionar “saberes culinários” com a memória e identidades (SANTOS, 2012). Tem se investido em registrar a comida em livros de receitas culinárias como patrimônio ancestral (INSTITUTO DAGAZ, 2016), bem como para mostrar a “Cozinha dos Quilombos” (KEHRLE; HALDA, 2022; FERREIRA, 2021). Relacionaram também temas como “práticas alimentares e identidades” (SANTOS, 2012) e Plantas medicinais, gênero, paisagem e construção de identidades (SILVA, 2019; PEIXOTO, 2020). Identificou-se também abordagens interdisciplinares voltadas para a elaboração de modelos de “inventários alimentares” que abrindo possibilidades a esses grupos sociais de participação social via

políticas públicas, dentre as quais se destaca a de Patrimonialização⁹ (CAVIGNAC; WOORTMANN, 2016). O que não quer dizer que essas políticas sejam aplicadas a todas essas realidades sociais. No Mundo Novo até agora não consegui identificar se as ações municipais relacionadas com as comidas e bebidas atribuídas aos *quilombolas*, configuram alguma política pública municipal. A memória sobre a prática do comércio por gerações e atualmente vendem alguns legumes e verduras na feira municipal no centro de Buíque.

No Mundo Novo, as moradias estão localizadas em trechos pedregosos, deduzi que a adaptação àquele ambiente se deu também pelas possibilidades da produção de excedentes. Dona Josefa contou sobre a participação do seu bisavô *nas feiras*. Ele é mencionado como a pessoa que dominava o conhecimento sobre os remédios do mato e responsável por conhecer e transmitir sobre o “*café para remédio*”. A administração do uso desta bebida recebeu a indicação mais restrita. Não se pode beber esse café a qualquer momento. Existe o café que se toma normalmente pela manhã ou a qualquer hora do dia e existe este café que só pode ser consumido a noite. É o café concebido pelos Quilombolas como remédio. Em sua produção, além dos grãos da planta café, se mistura sementes de girassol, cascas de árvores consideradas anti-inflamatórias (aroeira, angico e outras), tudo torrado no fogão de lenha e pisado no pilão. A produção do café em excedente, de acordo com a família de dona Josefa, se organiza por encomendas, já que o produto deve ser consumido fresco. Fui consultada por ela sobre aquisição do selo de qualidade e embalagens para o produto.

É relevante apresentar a distinção estabelecida por Roberto Da Matta (1986) entre comida e alimento. O autor faz uma analogia em que o alimento é entendido como uma “grande moldura e a comida o quadro”. O alimento seria algo universal e geral, enquanto que a comida é algo que define um domínio (DAMATTA, 1986, p. 37). O fubá de milho, como foi afirmado anteriormente, é produzido amplamente na região. Se foi uma comida ligada à escassez, ela recebeu um atributo valorativo de forma objetiva na composição do nome do produto *Fubá de milho dos quilombolas* que pode ser explicado por meio da atuação da Secretaria da Mulher no local, mas também recebeu reconhecimento da população do entorno. Conversei com moradores da sede, em Buíque, e eles me falaram

⁹ De acordo com Julie Cavignac e Ellen Woortmann (2016), a patrimonialização da alimentação coloca inúmeras questões a serem pensadas. As autoras questionam se “seria ela também a expressão de relações desiguais, de políticas pensadas pelas elites, aplicadas, entre outros, aos bens culturais do mundo rural, tais quais as “produções localizadas?”” (p. 21).

que o efeito do fubá no combate a anemia só se realiza se for produzido da forma que fazem os moradores do Mundo Novo, ou seja, a técnica recebe aqui um destaque associado ao saber-fazer Quilombola. Esses alimentos constam no interesse da Prefeitura de Buíque como itens que recebem incentivo em sua comercialização em eventos políticos e turísticos. Porém, a questão fundiária incide na produção da matéria prima e se torna mais um ponto a conhecer, ou seja, nos chama atenção como o território está hoje configurado quando relacionado à produção alimentar.

No artigo “A gastronomização das cozinhas de *Terroir*” publicado na obra *Dictionnaire des cultures alimentaire* (2016), Jean-Pierre Poulain faz referência aos processos em que “culturas alimentares” passam a receber percepções valorativas na França, indicando, inclusive, o surgimento de inventários, feiras gastronômicas e “formas retóricas identitárias” com o advento dos livros de culinária. Poulain demonstrou ainda que o desenvolvimento e a gênese na França da “ideia de que a culinária e os modos à mesa são partes da *cultura* (com um *C* maiúsculo), incluindo as culturas populares, surge e se desenvolve” (POULAIN, 2016, p. 38). Seguindo a trilha do autor, esses processos, em parte, tiveram sua gênese no século XX e foram efeitos das reflexões sobre a intensa globalização de “um sistema agronutricional” que acabou por contribuir para cunhar a noção *local food*. A composição desta noção recebeu contribuições interdisciplinares. A crítica a esse modelo, afirmou o autor, recebeu novos formatos ao ser absorvida pela academia através da Sociologia da Alimentação, da Etnologia, bem como a abertura da noção de patrimônio, passando a ser enquadrada nas teorias de desenvolvimento sustentável.

Em julho de 2022, visitei também um centro de artesanato instalado pela Secretaria de Cultura com peças diversas, quadros e outros produtos que mostravam as *manifestações culturais* da região. Os escultores e suas figuras de santos e animais silvestres pouco encontrados nos dias atuais. Chamou atenção esculturas de formigas, especialmente a *Atta* (Tanajura), muito comum a comensalidade local. Inclusive há sítios que criam e potencializam os formigueiros. É também concebido como um alimento remédio em algumas ocasiões. Rogério Silvestre e Paulo Sauda Neto (2020) demonstraram a relação com as formigas como recurso alimentar e medicinal. No Brasil temos 5 espécies da formiga *Atta* da subfamília *Myrmicinae*.

No Mundo Novo, a prática da agricultura estagnou-se pelas possibilidades reduzidas e condição do uso das terras. O território possui muitos “*lajedos*”. Dona Josefa narra que lhe foi contado que seus avós plantavam fumo e negociavam nas feiras mais

próximas, o mesmo era feito com o carvão produzido como excedente. Nos dias atuais, durante todo o ano, planta-se pequenas roças de milho, feijão de *arranca*, feijão *gandu*, fava, melancia, batata-doce, macaxeira e jerimum em espaços pequenos. A produção de alimentos está voltada para o consumo familiar. Atualmente, pratica-se a agricultura associada à criação de pequenos animais domésticos, como galinha e porco. As fazendas produtoras de queijos e leite possuem fabriquetas artesanais, mas também industrial. A produção de laticínios tem aumentado na região, o que colocou Buíque no rol da produção nacional de queijos. Os quilombolas se descrevem enquanto “*os pequenos*” frente a essa estrutura produtiva.

As ações municipais

Algumas ONGs junto com a Prefeitura local, a Secretaria da Mulher e da Assistência Social promoveram uma ação na qual realizou uma conversa sobre a organização política local com os moradores e, em certo momento, questionou a comunidade sobre pessoas que pudessem receber um benefício social da Companhia Nacional de Abastecimentos (CONAB) na condição de Quilombola. Ela se apresentou como representante do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) era responsável por receber a lista de pessoas contempladas com as cestas básicas. De acordo com ela, *quem morava fora daquela localidade não poderia ser beneficiado*. Interessante destacar que essa funcionária possuía um vínculo temporário com a prefeitura. Um cargo que, notadamente, tinha um perfil político, pois sua atuação se dava em vários temas e, de forma mais sistemática, na formação de uma base de eleitores favoráveis à gestão municipal reeleita em 2020. Desde esse período, a entrega de cestas básicas foi descontinuada. Atualmente, a segurança alimentar da comunidade está vinculada as ações de ONGs e da igreja católica local. Houve discordâncias de procedimentos da agente municipal da e as lideranças políticas do Mundo Novo procuraram a sede da CONAB na cidade vizinha como o apoio do movimento quilombola na tentativa de liderar a ação relacionada com as cestas básicas. Essas situações refletiam também o interesse dos poderes públicos locais em influenciar a vida política comunitária e liderar os acessos às políticas públicas disponibilizadas aos chamados quilombolas após a Carta Constitucional de 1988 no Brasil.

Após a prefeitura ter se interessado nas questões sociopolíticas dos *quilombolas do Mundo Novo*, os agentes públicos passaram a realizar reuniões com os moradores.

Uma reunião em específico tratou sobre direitos específicos das populações tradicionais como a educação, e segundo eles, *por se tratar de um povo quilombola*. Consultei as postagens nas redes sociais da prefeitura e notei que nas fotos não constava nenhum representante comunitário usando a palavra. Os militantes dos movimentos sociais atuantes na comunidade possuem diferentes perfis de atuação política, alguns são ligados à prefeitura e reiteram o discurso mais objetivo relacionado à questão étnico-racial. Enquanto que os militantes oriundos do movimento negro e do movimento quilombola priorizam, muitas vezes, as subjetividades e um sentimento de pertença vinculado a uma história social comum.

Em 2021 ano, a Secretaria de Cultura intensificou o envolvimento dos *Quilombolas do Mundo Novo* apresentados em eventos públicos políticos ou festivos como, um ativo turístico e apresentam *o samba de coco dos quilombolas de Buíque* e a venda de produtos *quilombolas*. Em julho de 2022, visitei a maior escola de ensino médio estadual naquela cidade. Ocorria uma mostra dos trabalhos realizados no semestre letivo. Entrevistei a professora responsável que me explicou sobre a entrada do tema Turismo na sala de aula e, no caso, a escola voltou-se para o Vale do Catimbau, já que a cidade abriga parte do território daquele Parque Nacional instituído em 2002. A área do parque Vale do Catimbau possui 623 km² e tem como administrador o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), compreendendo os municípios de Buíque, Ibimirim, Sertânia e Tupanatinga, incidindo entre o Agreste e o Sertão de Pernambuco. O Parque Nacional do Catimbau é relevante também na preservação de importantes áreas do Bioma Caatinga. O período prolongado de inverno inclui a cidade na rota das programações turísticas, Circuito do Frio, Buíque Frio, Festival da Juventude e o turismo no Parque Nacional no Vale do Catimbau.

O contexto da pandemia da COVID-19 apresentou certas situações que são importantes incluir nesta reflexão, pois envolvem a atuação do poder público e das instâncias militantes do Movimento Negro no sítio Mundo Novo. Em abril de 2022, fui contatada pelo presidente da Associação Quilombola do Mundo Novo. Ele se dizia: *“preocupado com a chegada das vacinas e a quantidade de pessoas que passaram a procurá-lo para receber o imunizante na condição de quilombola”*. Duas semanas após esse contato, recebi uma ligação da intermediária do Movimento Negro convidando para um encontro virtual *onde questões muito sérias sobre os quilombolas de Buíque seriam debatidas*. Participei do encontro. Não havia representação do Mundo Novo, mas sim de

outras comunidades do município que se autoafirmavam Quilombolas, mas não eram certificadas pela Fundação Cultural Palmares.

A conversa virtual foi iniciada com o tema relacionado ao recebimento de cestas básicas. Havia uma decisão, por parte da intermediária militante, em retirar da lista de contemplados nomes de pessoas que não considerava Quilombola. Indaguei quais os critérios que ela estava elencando para classificar quem seriam então os Quilombolas. A resposta não foi clara. Novamente, percebi que havia um posicionamento mais voltado para o controle político da situação. Não se colocou a questão aos Quilombolas presentes na sala virtual. Nesse caso, a militância oriunda do movimento social ignorava as percepções de aliança, compadrio e os parentescos existentes na organização social entre as pessoas daquelas comunidades.

O tema seguinte tratado no encontro virtual foi a situação das vacinas, visto que o Mundo Novo foi contemplado porque era a única comunidade que tinha recebido a certificação da Fundação Palmares no município de Buíque. Havia muitas disputas em torno da autoidentificação enquanto Quilombola. Existia um debate em torno de quem poderia se tornar associado e outro sobre as famílias dos fazendeiros locais que a mesma interlocutora do movimento social dizia ser os empregadores dos Quilombolas do Mundo Novo. Uma posição sobretudo contraditória e impositiva. Subentendi que a interlocutora defendia a vacinação dos descendentes dos fazendeiros não-quilombolas. Posição que a colocou em disputa com a Secretaria da Mulher da Prefeitura Municipal de Buíque que defendia o contrário. Já a liderança da comunidade sentia-se pressionado pelas demais pessoas e buscava nos aliados políticos um direcionamento da situação. Conversas informais indicaram que os donos de fazendas e os seus receberam a vacina contra o COVID-19 na cota dos *Quilombolas*. Por fim, retomou-se o debate sobre o estatuto da associação de moradores para receber modificações. Essa saída defendida pela interlocutora do Movimento Negro, contudo, foi adiada para outro momento político, dado os antagonismos presentes tanto na administração da Fundação Cultural Palmares como nas políticas mais amplas no Brasil relacionadas as populações étnicas e tradicionais.

A certificação da Fundação Cultural Palmares, através da Portaria nº 203, foi tomada como objeto de disputas pela representante do Movimento Negro atuante na localidade. Fomentou-se um evento para fazer a entrega à comunidade e junto com uma vereadora de Buíque e uma professora da Universidade de Pernambuco (UPE) em Arcoverde. A comunidade mencionava a contribuição da antropóloga e do fotógrafo nos

encaminhamentos que geraram a comunicação com a FCP. Situação que se evidenciou o distanciamento dos discursos institucionais e uma aproximação com as atuações tidas como independentes. A base legal da questão Quilombola indica um percurso que resulta na institucionalização de um grupo social, ou seja, o Estado precisa lidar com as configurações socioculturais específicas. De outro lado, no Mundo Novo, os sinais diacríticos são organizados nessa interação (BARTH, 1998). Todavia, na perspectiva do mesmo autor, ao tomarmos o grupo étnico como um tipo organizacional, são nas interações cotidianas com outros grupos sociais que se produz a etnicidade, não se trata de um processo acabado.

Considerações Finais

Buscou-se identificar questões que podem contribuir para revelar os significados da agência das secretarias municipais e o lugar dessas políticas na superação da insegurança alimentar entre os moradores locais. A administração pública local tem incentivado a produção de alimentos para a comercialização em circuitos turísticos numa perspectiva de favorecer a geração de renda local¹⁰. Porém é preciso observar que o interesse da Prefeitura se concentra tanto nas comidas e bebidas concebidas como remédio, como também em comidas comumente comercializadas na região, como é o caso do xerém com galinha que recebeu o atributo valorativo de *comida Quilombola*. Nesse sentido, a categorização Quilombola, ao menos no plano institucional e também para demais atores sociais, recebeu novos conteúdos, ainda que bastante específicos, pois se trata de uma visão relacional.

A comercialização de determinadas comidas e bebidas têm sido incentivadas pela Prefeitura para atender ao público de turistas e às feiras regionais. No Mundo Novo, a experiência com a gastronomização tem se mostrado como uma alternativa fragilizada para contribuir para superar a insegurança alimentar. O valor econômico e a inconstância das ações turísticas e dos eventos políticos em que são mobilizados para apresentar o Samba de coco, faz com que as vendas de seus produtos não consigam uma circulação

¹⁰ Patrícia Ramiro (2016) em artigo onde debateu o turismo rural a partir de uma etnografia realizada na França nos permite dialogar com a experiência ocorrida no município de Buíque. A autora demonstrou como políticas públicas de turismo associada ao investimento na comercialização de produtos no interior da França foram realizadas com interesse de constituir cadeias econômicas voltadas para moradores das regiões remotas daquele país. De acordo com a antropóloga, no Brasil existe, desde de 2006, o Plano Nacional para o Turismo na Agricultura Familiar (PNTRAF) e a Rede TURISOL, que buscam desenvolver a ideia de um “turismo de base comunitária” (RAMIRO, 2016, p. 438-439).

robusta do comércio dos produtos *Quilombola*. Dessa forma, suponho que o efeito simbólico consiste em representar o exotismo recuperado para aquela região onde os beneficiados com as ações municipais voltados para o turismo continuam sendo os grandes empresários locais.

Por outro lado, as ações municipais têm aproximado às comunidades Quilombolas da região que ampliaram suas relações sociopolíticas, a partir do fornecimento de matéria prima (grãos de café e milho sem agrotóxico) para confecção dos alimentos específicos a serem comercializados. Todavia, como foi afirmado, são ações insuficientes e não podemos afirmar a existência de uma economia local voltada para essas populações. Não foi identificado entradas em projetos e políticas públicas que subsidiam o “turismo de base comunitária” e as ONGs atuantes naquela região, além da parceria com a Prefeitura, normalmente representavam interesses políticos e econômicos dos grandes produtores locais. Sendo assim, quais seriam as estratégias que o grupo elaborou para atender às expectativas da Prefeitura relacionadas com a produção de comidas e bebidas remédio? Considerando que a questão fundiária no território Mundo Novo implica na falta de espaço para plantio de alimentos, a ação municipal abriu possibilidades do diálogo entre as populações em processos de organização política no município que vem se fortalecendo com as trocas econômicas, a partir da aquisição de grãos de café, do milho e de outros produtos como panelas de barro, etc. São, portanto, reveladores de rede de relações sociais constituídas em torno dessa situação e denota a ideia de um espaço social amplamente partilhado.

Assim, o grupo de capoeira foi disposto, o samba de coco renasceu com diferentes gerações e antigas composições, e por último a comida vem sendo afirmada como um elemento objetivo, um bem cultural, eivado de subjetividades. A forma de preparo das comidas é destacada no discurso local, seja da sociedade biquense e regional, seja por parte dos agentes públicos ligados à prefeitura e às secretarias de turismo e da mulher. O uso do pilão constitui uma ferramenta usada no preparo desses produtos, o fogo, a lenha e a própria origem da matéria-prima usada no preparo, vinda da mata, “*dos matos*”, tornaram-se parte da dimensão simbólica que envolve a comida e a bebida remédio produzida pelos moradores do Mundo Novo.

A construção das alianças com instituições públicas e privadas e com a própria militância dos movimentos sociais estabeleceu uma situação favorável aos moradores do Mundo Novo. A ampliação de suas redes associativas promoveu alguns acessos, por exemplo, a recursos hídricos, a programas sociais no âmbito da segurança alimentar e a

participação em eventos específicos. Todavia, não se pode afirmar que essas relações sociais e a ação dos agentes intermediários na comunidade autodeclarada Quilombola do Mundo Novo determinou a mobilização política local. Já existiam outros modelos de parcerias e comunitarismos nas relações sociais informais estabelecidas. A atuação desses novos intermediários se aproxima mais de um modelo de acompanhamento e intervenção pautado no controle da situação e nos usos políticos e partidários liderada por determinados grupos sociais no município de Buíque.

Referências

ALMEIDA, Alfredo Wagner Bueno de. **Quilombolas e novas etnias**. Manaus: UEA Edições, 2011.

BARTH, Fredrik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. *In*: POUTIGNAT, Philippe; SREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade**. São Paulo: UNESP, 1998. p. 185-227.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

CAVIGNAC, Julie; WOORTMANN, Ellen. Apresentação. *In*: CAVIGNAC, Julie; WOORTMANN, Ellen (Org.). **Ensaio sobre a Antropologia da alimentação: saberes, dinâmicas e patrimônios**. Natal: EDUFERN; Brasília: ABA, 2016. p. 9-28.

COCO DE UMBIGADA. Live-se Quilombolas PE. **Walter Sampaio: Quilombola Mundo Novo**. COCO DE UMBIGADA, 2021. 1 VÍDEO (53'29 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GyCw6oKdM2I>. Acesso em: 25 mar. 2021.

COMUNIDADES QUILOMBOLAS EM PERNAMBUCO. **Coordenação Estadual de Articulação de Comunidades Quilombolas de Pernambuco**. Disponíveis em: <https://cebes.org.br/coordenacao-estadual-de-articulacao-comunidades-quilombolas-de-pernambuco>. Acesso em: 28 abr. 2022.

DAMATTA, Roberto. **O que faz o Brasil, Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

FERREIRA, Daciléia Lima. **Inventariando os saberes culinários das comidas emblemáticas da Vila das Almas, em Brejo/MA: entre memórias e identidades**. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Universidade Federal do Maranhão, 2021.

FIRMIANO JÚNIOR, Francisco Cândido. **Lutas por terra em Queimadas, Taipu/RN**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2020.

IBGE. **História – Buíque, Pernambuco – PE**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/buique/historico>. Acesso em: 20 ago. 2022.

INSTITUTO DAGAZ. A Cozinha dos Quilombos: sabores, territórios e memórias. COZINHA DOS QUILOMBOS. Volta Redonda, Rio de Janeiro, 2016.

MONTEIRO, Hamilton de Matos. **Revolta do Quebra-Quilos**. São Paulo: Editora Ática, 1995.

BONFIM, Wellington de Jesus. A construção da Identidade étnica: o caso do São Gonçalo da Mussuca (Laranjeiras, SE). *In*: VALLE, Carlos Guilherme do (Org). **Etnicidade e Mediação**. 1ª edição. São Paulo: Annablume, 2016. p. 245-271.

PEIXOTO, Lanna Beatriz Lima. **“Toda planta tem alguém com ela” – sobre mulheres, plantas e imagens nos quintais de mangueiras**. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia) – Universidade Federal do Pará, 2020.

KAUFMANN, Jean-Claude. **A entrevista compreensiva: um guia para pesquisa de campo**. Petrópolis: Editora Vozes Limitada, 2013 [1948].

KEHRLE, Edvânia; SIMÕES, Halda. **Cozinha de Quilombo: cultura, patrimônio, ancestralidade**. Garanhuns: IFPE, 2022.

LINS, Cyro Almeida. O Coco de Zambê e a emergência étnica quilombola em Simbaúma (RN). *In*: VALLE, Carlos Guilherme do (Org). **Etnicidade e Mediação**. 1ª edição. São Paulo: Annablume, 2016. p. 273-293.

POULAIN, Jean-Pierre. A gastronomização das cozinhas *de terroir*. *In*: CAVIGNAC, Julie; WOORTMANN, Ellen (Org.). **Ensaio sobre a Antropologia da alimentação: saberes, dinâmicas e patrimônios**. Natal: EDUFRRN; Brasília: ABA, 2016. p. 33-54.

RAMIRO, Patrícia Alves. A reinvenção do rural pelo turismo: o caso dos gitês rurais. *In*: CAVIGNAC, Julie; WOORTMANN, Ellen (Org.). **Ensaio sobre a Antropologia da alimentação: saberes, dinâmicas e patrimônios**. Natal: EDUFRRN; Brasília: ABA, 2016. p. 437-489.

SANTOS, Alexandra. O sabor da história: práticas alimentares e identidade quilombola. **Revista Intratextos**, v. 3, n. 1, p. 54-71, 2012.

SILVA, Sueli de Castro. **Conhecimento etnobotânico de moradores da comunidade quilombola Itaboca, município de Inhangapi**. Dissertação (Mestrado em Estudos Antrópicos na Amazônia) – Universidade Federal do Pará, 2019.

SILVESTRE, Rogerio; NETO, Paulo Sauda. Formigas como recurso alimentar e medicinal. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi-Ciências Naturais**, v. 15, n. 1, p. 39-53, 2020.

VERSIANI, Flávio Rabelo; VERGOLINO, José Raimundo Oliveira. Posse de escravos e estrutura da riqueza no agreste e sertão de Pernambuco: 1777-1887. **Estudos Econômicos**, v. 33, n. 1, p. 353-393, 2003.